

9. Os jovens e o mundo

No âmbito da [Agenda 2030](#) e [dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#) foi desenvolvido um conjunto de programas e iniciativas para sensibilizar os jovens para os assuntos globais.

Por um lado, no âmbito da educação formal e não formal, e em resposta aos desafios sociais e económicos do mundo atual, o XXIV Governo Constitucional desenvolveu uma nova [Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania](#). Esta Estratégia define um conjunto de direitos e deveres que devem estar presentes na formação cívica dos jovens para que, no futuro, estes valorizem a igualdade nas relações interpessoais, saibam integrar as diferenças, respeitem os direitos humanos e promovam uma cidadania democrática.

Por outro lado, existem também programas e iniciativas inseridos num vasto conjunto de Planos e Estratégias Nacionais em diferentes áreas, e com uma lógica interministerial e intersetorial, que envolvem não só um conjunto diversificado de atores públicos, mas também Organizações Não Governamentais.

Neste último contexto, destaca-se a publicação do [I Plano Nacional para a Juventude](#), de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 114-A/2018, de 4 de setembro. O II Plano Nacional para a Juventude, que vigorou para o período 2022-2024, foi também desenvolvido numa lógica interministerial e intersetorial, e numa perspetiva de cocriação com os principais interessados, nomeadamente as estruturas e organizações juvenis.

A partir de 2025, em resposta à evolução das necessidades dos jovens e à necessidade de uma abordagem estratégica e coordenada da política de juventude, está a ser desenvolvida uma Agenda Nacional de Juventude que sucederá ao II Plano Nacional para a Juventude).

9.1 Contexto geral

Nesta página

1. [Principais conceitos](#)
2. [Interesse dos jovens pelas questões globais](#)

Principais conceitos

A educação ambiental para a sustentabilidade tem como objetivo promover valores ambientais e mudanças de atitude e comportamento em relação ao ambiente, com vista a preparar os jovens para o exercício de uma cidadania consciente, dinâmica, informada e ativa face às questões ambientais atuais.

A educação intercultural visa promover o reconhecimento e a valorização da diversidade como uma oportunidade e uma fonte de aprendizagem para todos, respeitando a multiculturalidade e desenvolvendo a capacidade de comunicar, incentivar a interação social, compreender diferentes identidades e reforçar o sentido de pertença.

A educação para a segurança, a defesa e a paz pretende promover a reflexão, a compreensão e a aplicação dos princípios fundamentais para uma convivência saudável em sociedades democráticas, essenciais para uma participação cívica responsável, promovendo a segurança de cada um e dos outros, numa cultura de paz.

A educação para a igualdade de género visa promover a igualdade de oportunidades e educar para os valores do pluralismo e da igualdade de género. É urgente desenvolver um esforço no sentido da eliminação da discriminação de género e, conseqüentemente, das relações marcadas pelas desigualdades e pela violência.

A educação para o desenvolvimento pretende sensibilizar e promover a compreensão das causas dos problemas de desenvolvimento e das desigualdades, tanto a nível local como global, especialmente num contexto de crescente globalização, com o objetivo de promover os direitos e deveres de cada pessoa para participar e contribuir para o desenvolvimento sustentável

A educação para os direitos humanos tem por objetivo promover e desenvolver a consciência cívica em matéria de direitos humanos.

Definições adotadas pela Direção-Geral da Educação na apresentação dos conteúdos temáticos da unidade curricular [«Educação para a Cidadania - Cidadania e Desenvolvimento»](#).

Interesse dos jovens pelas questões globais

O interesse e a participação da juventude portuguesa em questões globais, nomeadamente no desenvolvimento global e na justiça social, têm sido acompanhados através de vários estudos e relatórios. O [Global Shapers Impact Report 2025](#) é um estudo significativo que destaca o poder transformador da liderança juvenil na abordagem dos desafios globais. Este relatório reúne contributos de cerca de 4 000 jovens líderes de mais de 140 países, que abordam questões como as alterações climáticas, o desemprego e a desigualdade (Fórum Económico Mundial, Global Shapers Impact Report 2025).

Um inquérito recente da Fundação Calouste Gulbenkian, realizado entre 2019 e 2021, analisou a participação política dos jovens em Portugal. O estudo concluiu que os jovens estão cada vez mais envolvidos em formas não convencionais de participação, como o ativismo social e político através de plataformas digitais (Fundação Calouste Gulbenkian, Estudo sobre a participação política da juventude em Portugal).

No último inquérito Eurobarómetro sobre Juventude e Democracia ([2024](#)), 49% dos jovens da UE, incluindo Portugal, afirmaram ser ativos nas suas sociedades e participar em organizações juvenis. Este valor representa um aumento significativo em relação aos anos anteriores (Comissão Europeia, Juventude e Democracia no Ano Europeu da Juventude [Youth and Democracy in the European Year of Youth]).

Relativamente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no âmbito da Agenda 2030, o INE continua a acompanhar o respetivo processo de implementação. O [Relatório de Desenvolvimento Sustentável 2024](#) indica que Portugal ocupa o 16.º lugar entre 166 países no que respeita ao cumprimento dos ODS, com uma pontuação de 80,22 (Relatório de Desenvolvimento Sustentável 2024, Índice ODS).

Os jovens portugueses consideram que as principais causas da pobreza em Portugal são as desigualdades sociais e o peso da dívida económica. Atribuem a responsabilidade de agir contra a pobreza, a desigualdade e a injustiça às instituições internacionais, em vez dos governos nacionais ([Fundação Calouste Gulbenkian, Estudo sobre a participação política da juventude em Portugal](#)).

A participação cívica entre os jovens portugueses continua a ser baixa, refletindo-se numa fraca adesão a organizações da sociedade civil. No entanto, verifica-se um aumento significativo da participação através de plataformas online e redes sociais, o que compensa o afastamento dos jovens em relação às formas tradicionais de participação política (Fundação Calouste Gulbenkian, Estudo sobre a participação política da juventude em Portugal).

Em resumo, embora as formas tradicionais de participação cívica entre os jovens portugueses sejam reduzidas, observa-se uma tendência crescente de envolvimento através de plataformas digitais e do ativismo social. O envolvimento dos jovens nas questões globais continua a evoluir, refletindo a sua capacidade de adaptação e o seu empenho em enfrentar os desafios contemporâneos.

9.2 Administração e governação

Nesta página

1. [Governação](#)
 2. [Cooperação intersectorial](#)
-

Governação

No contexto da Agenda 2030 e dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Portugal tem vindo a fazer um maior investimento em políticas ([EACEA, Administração e Governação](#)).

Nos últimos anos, os documentos de referência que têm sido elaborados têm orientado a definição e a implementação de políticas públicas e iniciativas relacionadas com questões globais, abrangendo um vasto leque de áreas estratégicas, públicas e não públicas, e de atores.

A Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania foi apresentada em setembro de 2017, resultando da proposta do Grupo de Trabalho de Educação para a Cidadania, criado com a missão de conceber uma estratégia de educação para a cidadania a implementar nas escolas ([Direção-Geral da Educação, Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania](#)).

O objetivo era promover o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, cabendo à escola assegurar a preparação adequada para o exercício de uma cidadania ativa e esclarecida.

A estratégia assenta nos compromissos assumidos por Portugal ao abrigo de acordos internacionais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (2016-2030) e a Educação para a Cidadania Global: preparar os alunos para os desafios do século XXI (2014) da [UNESCO](#), entre outros ([Direção-Geral da Educação, Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania](#)).

Cada agrupamento escolar é responsável pela sua implementação, sendo esta coordenada a nível nacional por representantes dos membros do Governo nas áreas da educação, nomeadamente o Secretário de Estado da Educação, e na área da cidadania e da igualdade pela Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, de acordo com as competências que lhes foram atribuídas.

A estratégia define uma vasta gama de áreas temáticas enquadradas nos objetivos europeus no âmbito da Agenda 2030, incluindo:

Educação intercultural

A Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA) é o instituto público que, sob a tutela direta da Presidência do Conselho de Ministros, colabora na definição, execução e avaliação das políticas públicas relativas à atração e integração de migrantes, incluindo refugiados, e das comunidades ciganas, bem como na gestão e valorização da diversidade de culturas, etnias e religiões através da promoção do diálogo intercultural e inter-religioso ([AIMA, Agência para a Integração, Migrações e Asilo](#)).

Além disso, o «Programa Escolhas», atualmente na sua 9.ª edição (2023-2026), desempenha um papel crucial na promoção da educação intercultural. Tem como objetivo promover a inclusão social e a integração, a igualdade de oportunidades na educação e no emprego, o desenvolvimento de competências, o pensamento crítico e criativo, o valor educativo das artes e do desporto, o combate à discriminação social, a participação cívica e o reforço da coesão social. Este programa é direcionado sobretudo a crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos vulneráveis ([IPDJ, Programa Escolhas](#)).

Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz

O Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz estrutura as diretrizes deste tema. Foi elaborado pelo Ministério da Educação e pelo Ministério da Defesa Nacional, através da Direção-Geral da Educação e do Instituto da Defesa Nacional (Direção Geral da Educação, Linhas Orientadoras de Educação para a Cidadania).

Neste âmbito, destaca-se o [II Plano Nacional de Ação](#) para a implementação da [Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1325](#) (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança 2019-2022. Os seus objetivos estratégicos passam pela proteção dos direitos humanos e pela punição de todas as formas de violência contra as mulheres, pela promoção da participação das mulheres e dos jovens na prevenção de conflitos e nos processos de construção da paz, bem como pela integração da agenda Mulheres, Paz e Segurança no trabalho das organizações da sociedade civil.

Educação para a igualdade de género e educação para os direitos humanos

As orientações para estas áreas temáticas, bem como as medidas e programas que estabelecem iniciativas na área da igualdade de género e da cidadania, estão organizadas num vasto conjunto de estratégias e planos nacionais, nomeadamente: a [Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 «Portugal + Igual»](#) e os Planos de Ação para o período 2023-2026, coordenados pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género ([Espaço Europeu de Investigação, ENIND 2023-2026](#)). A visão estratégica nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 traduz-se nos três planos de ação seguintes, que definem medidas e objetivos concretos para o período 2023-2026:

- Plano de Ação para a Igualdade entre Mulheres e Homens.
- Plano de Ação para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica.
- Plano de Ação de Combate à Discriminação em razão da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género, e Características Sexuais.

Educação para o desenvolvimento

A Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED) 2018-2022 foi sucedida por novas iniciativas e atualizações. As últimas atualizações no domínio da Educação para o Desenvolvimento refletem-se nas reformas e nos desenvolvimentos políticos em curso no âmbito do XXIV Governo Constitucional, que tomou posse em abril de 2024. Estas reformas sublinham a importância da educação para a cidadania global e do desenvolvimento sustentável, integrando estes temas no quadro educativo mais vasto (Eurydice, [Reformas em curso e desenvolvimentos políticos](#)).

Educação ambiental para a sustentabilidade

A Estratégia Nacional de Educação Ambiental (ENEA) foi atualizada e continua a ser um quadro fundamental para a promoção da literacia ambiental e da sustentabilidade em Portugal. As mais recentes atualizações da estratégia salientam a integração da educação ambiental em todos os níveis de ensino e a promoção de práticas sustentáveis em vários setores ([OCDE, Estratégia Nacional de Educação Ambiental](#)).

Para além da Agência Portuguesa do Ambiente, no quadro da definição e implementação de políticas neste domínio, assumem particular importância as seguintes entidades: Direção-Geral da Educação; Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares; e Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

No domínio da sustentabilidade ambiental, da eficiência energética e do Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia, são atores públicos estratégicos as seguintes entidades: ADENE - Agência para a Energia); [RNAE](#) - Associação das Agências de Energia e Ambiente (rede nacional) e a ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos. No domínio da mobilidade sustentável, destaca-se o Instituto da Mobilidade e dos Transportes.

O Instituto Português do Desporto e Juventude desempenha um papel transversal, sendo um ator-chave em algumas iniciativas, quer como coordenador, parceiro ou financiador (EOSE, Instituto Português do Desporto e Juventude).

Um conjunto de organizações não governamentais desempenha um papel fundamental na agilização e implementação de iniciativas e programas na área do desenvolvimento sustentável, quer no âmbito da educação não formal e informal, quer através de atividades de divulgação, informação e sensibilização.

No domínio da cooperação e do desenvolvimento, destaca-se o seguinte: [AIDGLOBAL](#) - Ação e Integração para o Desenvolvimento Global (<https://www.aidglobal.org/en/sobre-nos/>). No domínio do ambiente e da sustentabilidade, destacam-se os seguintes: [Associação Bandeira Azul da Europa](#), [ABAE](#)- Educação Ambiental para a Sustentabilidade, [GEOTA](#)- Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente (<https://geota.pt/>), e [SPEA](#)- Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves.

Cooperação intersectorial

Os documentos estratégicos no domínio da Educação para a Cidadania, bem como os Planos Nacionais apresentados, resultam de uma cooperação intersectorial e interministerial entre entidades públicas de diferentes áreas, desde a Educação ao Ambiente, à Defesa, à Igualdade, à Inclusão Social, entre outros.

9.3 Intercâmbios entre os jovens e os decisores políticos sobre questões globais

Nesta página

1. [Intercâmbio sobre questões globais com decisores políticos a nível nacional](#)
 2. [Intercâmbio sobre questões globais com decisores políticos a nível internacional](#)
-

Intercâmbio sobre questões globais com decisores políticos a nível nacional

Projeto Jovens na Política - Participar para a Cidadania Global

O [«Projeto Jovens na Política - Participar para a Cidadania Global»](#) visa promover a cidadania global entre os jovens, integrando as questões da educação para o desenvolvimento nos seus programas de atividades. Este projeto inclui uma vasta gama de iniciativas de intercâmbio de conhecimentos entre vários atores:

- Reuniões com várias Comissões Parlamentares - Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas; Educação e Ciência; Defesa Nacional; Emprego e Segurança Social; Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto.
- Participação em reuniões nacionais com diferentes partidos políticos.

O projeto é coordenado pela [AIDGLOBAL](#), em parceria com o Centro de Estudos Internacionais do [ISCTE](#) - Instituto Universitário de Lisboa, o Instituto Português do Desporto e Juventude ([IPDJ](#)), o Conselho Nacional de Juventude ([CNJ](#)) e a Federação Nacional das Associações Juvenis ([FNAJ](#)). O projeto é cofinanciado por [Camões - Instituto da Cooperação e da Língua](#).

Iniciativas recentes que envolvem a juventude portuguesa

1. 100 Acts of Global Citizenship

A iniciativa «100 Acts of Global Citizenship» (100 Atos de Cidadania Global) da Global Citizenship Foundation tem por objetivo capacitar os jovens para desenvolverem as competências, os conhecimentos, os valores e as atitudes necessárias para enfrentar os desafios do século XXI. Esta iniciativa incentiva os jovens a participarem na tradução da Agenda 2030 em políticas e ações locais, nacionais e regionais. Os jovens portugueses podem participar em projetos de colaboração, desenvolver soluções inovadoras e contribuir para a resiliência das suas comunidades ([Global Citizenship Foundation](#)).

2. The Power of Youth: a Look Into Youth Participation in the 2024 Global Elections (O poder da juventude: Um olhar sobre a participação dos jovens nas eleições globais de 2024)

Esta iniciativa destaca a participação dos jovens nas eleições globais de 2024, explorando de

que forma se envolveram no processo eleitoral e o seu papel fundamental na construção do panorama democrático global. Os jovens portugueses são incentivados a participar nas eleições e a envolver-se em campanhas que promovam a participação eleitoral e a mudança sistémica ([Global Citizen](#)).

3. «All Together for the European Elections 2024» (Todos juntos pelas eleições europeias 2024)

Em 2024, a [ERYICA](#) (Agência Europeia de Informação e Aconselhamento para Jovens) lançou uma campanha para promover as eleições para o Parlamento Europeu, centrada nos eleitores que votam pela primeira vez. Portugal, através do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ), participou ativamente nesta iniciativa. A campanha, que faz parte do projeto inFORM da UE «Walk the Talk», tinha como objetivo reforçar a participação democrática dos jovens. A ERYICA foi oficialmente reconhecida como parceira de comunicação pelo Parlamento Europeu pelos seus esforços. A campanha incluiu diversas atividades e eventos para envolver os jovens e incentivar a sua participação no processo eleitoral, sublinhando a importância das suas vozes na definição do futuro da Europa

4. Fórum Mundial da Juventude 2024 em Portugal

O [Fórum Mundial da Juventude \(World Youth Forum\)](#) 2024 realizou-se no Porto, Portugal, de 20 a 23 de dezembro de 2024. Este fórum reuniu jovens líderes, ativistas, estudantes e profissionais de todo o mundo para discutir questões globais, desenvolver competências de liderança e promover a cooperação internacional. Os jovens portugueses tiveram a oportunidade de participar, aprender e colaborar com colegas de diferentes países (Fórum Mundial da Juventude).

Estas iniciativas demonstram como os jovens portugueses estão a ser envolvidos e capacitados para participarem ativamente na sociedade e contribuírem para a cidadania global.

Intercâmbio sobre questões globais com decisores políticos a nível internacional

Vamos Cuidar do Planeta

O projeto «Vamos Cuidar do Planeta» (Let's Take Care of the Planet) foi o resultado da Conferência Internacional «Vamos Cuidar do Planeta», que teve lugar em 2010 no Brasil. Esta conferência reuniu jovens de 47 países, que redigiram em conjunto um documento de referência - a Carta Internacional da Juventude «Vamos Cuidar do Planeta». O projeto envolveu mais de 15 países europeus que desenvolveram os seus projetos localmente e, posteriormente, apresentaram os resultados numa conferência conjunta anual, dando origem a um conjunto de ferramentas. Desde 2009 que este projeto é coordenado pela organização não governamental Monde Pluriel, que apoia os países participantes nos processos nacionais de desenvolvimento dos projetos e na metodologia de implementação, em colaboração com o Comité Metodológico Europeu, composto por membros da coordenação nacional de cada país.

O projeto foi financiado pela [Fundação Charles Leopold Mayer](#) e a sua implementação a nível

nacional e local contou ao longo dos anos com diversas fontes de financiamento, incluindo o programa de educação informal - Juventude em Ação (2012); o Comité das Regiões, que representa as autoridades locais e regionais da União Europeia (2012 e 2015); e o Comité Económico e Social Europeu, um órgão consultivo da União Europeia (2015).

Em Portugal, este projeto tem sido coordenado desde 2014 pela [ASPEA](#) - Associação Portuguesa de Educação Ambiental, com a participação de 8 escolas parceiras (Valença, Barreiro, Monção, Aveiro, Nelas, Tondela, Mangualde e Galiza, em Espanha) (Climate Chance, One Planet Network).

A Maior Lição do Mundo

A iniciativa «A Maior Lição do Mundo» nasceu no âmbito do [Projeto Todos \(Everyone Project\)](#), um projeto que conta com a associação de organizações como a [UNICEF](#) e a [UNESCO](#), bem como de personalidades mundiais.

Esta iniciativa foi criada no âmbito dos [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#) e pretende envolver crianças e jovens na promoção de uma cidadania global ativa e numa maior consciencialização sobre o papel de cada um na construção de um mundo mais seguro, saudável e sustentável.

A iniciativa envolve, todos os anos, os Ministérios da Educação dos países associados, que são responsáveis por promover aulas abertas que conduzem à reflexão e discussão de temas relacionados com os [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#). Tanto os alunos como os professores estão envolvidos nestas aulas.

Em Portugal, a [Maior Lição do Mundo](#) é promovida pelo Comité Português para a [UNICEF](#) e pela Direção-Geral da Educação - Ministério da Educação, através do desenvolvimento de recursos adaptados em português (World's Largest Lesson, Global Ed Guide).

Diálogo da UE com a Juventude- Conferência Europeia da Juventude e Diálogo da UE com a Juventude

Portugal tem estado ativamente envolvido no Diálogo da UE com a Juventude, um processo participativo que visa promover a participação dos jovens na política de juventude da UE. Este envolvimento está alinhado com a Estratégia da UE para a Juventude 2019-2027, que procura envolver os jovens nos processos de tomada de decisão e garantir que as suas vozes sejam ouvidas a nível europeu

Participação portuguesa no Diálogo da UE com a Juventude

A participação de Portugal no Diálogo da UE com a Juventude é coordenada pelo Conselho Nacional de Juventude (CNJ) em colaboração com o Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ). O CNJ desempenha um papel fundamental na organização de consultas nacionais, no envolvimento com organizações de juventude e na facilitação do diálogo entre os jovens e os decisores políticos.

8.º Ciclo Diálogo Jovem da UE (2020-2021)

Durante o 8.º Ciclo Diálogo Jovem da UE, que decorreu de 1 de julho de 2020 a 31 de dezembro de 2021, Portugal integrou o Trio de Presidências, juntamente com a Alemanha e a Eslovénia. O tema deste ciclo foi o «Objetivo Juventude n.º 9: Espaço e Participação para Todos», sob o lema «Europa para a JUVENTUDE - JUVENTUDE pela Europa: Espaço para a Democracia e a Participação».

Portugal acolheu a segunda Conferência Europeia da Juventude do 8.º Ciclo de 12 a 15 de março de 2021, em Vila Nova de Gaia. Este evento híbrido reuniu jovens, organizações de juventude e decisores políticos para discutir e desenvolver estratégias que reforcem a participação dos jovens nos processos democráticos. A conferência centrou-se na criação de espaços inclusivos para a participação dos jovens e na garantia de igualdade de acesso para os jovens de todas as origens.

10.º Ciclo Diálogo Jovem da UE (2023-2024)

O 10.º Ciclo Diálogo Jovem da UE teve início em 1 de julho de 2023 e terminou em 31 de dezembro de 2024, sob o trio das presidências de Espanha, Bélgica e Hungria. Este ciclo centrou-se nas «Sociedades Inclusivas», com o objetivo de promover a inclusão social e garantir que todos os jovens tenham as mesmas oportunidades para participar na sociedade. Os delegados de juventude portugueses participaram ativamente nas Conferências da Juventude da UE realizadas em Espanha, na Bélgica e na Hungria, contribuindo para os debates e para o desenvolvimento de estratégias destinadas a reforçar a inclusão social entre jovens ([Youth.ie](https://youth.ie)).

Impacto e Perspetivas Futuras

A participação ativa de Portugal no Diálogo da UE com a Juventude contribuiu para o desenvolvimento de políticas de juventude que refletem os pontos de vista e as necessidades dos jovens. Os resultados dos diálogos e conferências foram integrados nas estratégias nacionais e europeias para a juventude, garantindo que as vozes dos jovens sejam tidas em conta nos processos de definição de políticas

Conferência de Ministros da Juventude e do Desporto da CPLP - Jogos Desportivos da CPLP e Bienal de Jovens Criadores da CPLP

A Conferência de Ministros da Juventude e Desporto da CPLP realizou-se em Portugal de 12 a 15 de novembro de 2024. Este evento incluiu a XV Conferência de Ministros da Juventude e do Desporto, a X Bienal de Jovens Criadores da CPLP e o II Parlamento Juvenil da CPLP. Organizada pelo Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) em Cascais, a conferência teve como objetivo promover a cooperação, a consulta e a implementação de ações conjuntas nos domínios da juventude e do desporto entre os países de língua portuguesa. O II Parlamento Juvenil da CPLP, realizado de 13 a 15 de novembro de 2024, centrou-se no tema «Juventude e Sustentabilidade» e proporcionou uma plataforma para os jovens delegados discutirem e apresentarem recomendações sobre várias questões aos Ministros da Juventude e do Desporto

9.4 Sensibilizar para as questões globais

Nesta página

1. [Aprendizagem formal, não formal e informal](#)
 2. [Campanhas de informação orientadas para os jovens sobre questões globais](#)
 3. [Prestadores de informação](#)
 4. [Principais iniciativas](#)
-

Aprendizagem formal, não formal e informal

1. Educação formal

Em Portugal, as questões globais são enquadradas na unidade curricular de Cidadania e Desenvolvimento, incluída no currículo de todos os níveis do ensino obrigatório. Esta unidade curricular enquadra-se no âmbito da [Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania](#).

Inserida nos objetivos definidos na Lei de Bases do Sistema Educativo e no «Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória», a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento pretende assegurar uma preparação adequada para uma cidadania ativa e informada, assim como formar para o cumprimento dos [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#) no âmbito da [Agenda 2030](#).

No ensino secundário, esta disciplina passou a ser uma unidade curricular desenvolvida de forma transversal, com contributos de todas as disciplinas e unidades de formação. Inclui um vasto leque de temas, para os quais o Ministério da Educação elaborou um conjunto de orientações para as escolas (OCDE).

1.1. Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz

[A Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz](#) é uma das áreas temáticas da educação para a cidadania que promove o conhecimento e a reflexão sobre a participação responsável dos cidadãos. Trata-se de um protocolo de colaboração entre o Ministério da Educação e o Ministério da Defesa Nacional. O principal objetivo é promover a divulgação de valores e temas relacionados com a segurança e a defesa no ensino básico e secundário. Este protocolo resultou na elaboração conjunta de um Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz para o ensino básico e secundário.

O protocolo prevê ainda a conceção, execução e promoção de ações de formação para professores, no âmbito da formação contínua, para integrar uma cultura de segurança, defesa e paz no Projeto Educativo das escolas ([Eurydice](#)).

1.2. Educação para os Direitos Humanos

A Educação para os Direitos Humanos tem por objetivo promover o debate sobre o desenvolvimento da consciência cívica em matéria de direitos humanos. Baseia-se nos princípios enunciados na [Declaração Universal dos Direitos Humanos](#) da Assembleia Geral das Nações Unidas e na [Carta do Conselho da Europa sobre Educação para a Cidadania Democrática e para os Direitos Humanos](#).

1.3. Educação para o Desenvolvimento

A Educação para o Desenvolvimento visa a consciencialização e a compreensão das causas dos problemas do desenvolvimento e das desigualdades a nível local e mundial. Promove o direito e o dever de todas as pessoas e de todos os povos a participarem e contribuírem para um desenvolvimento integral e sustentável ([Camões - Instituto da Cooperação e da Língua I.P.](#)).

1.4. [Educação Ambiental para a Sustentabilidade](#)

O objetivo da Educação Ambiental para a Sustentabilidade consiste na promoção de valores, na mudança de atitudes e de comportamentos face ao ambiente. A Direção-Geral da Educação disponibiliza um conjunto de documentos de referência online para apoiar estudantes e professores (OCDE).

1.5. [Educação Intercultural](#)

A educação intercultural promove o reconhecimento e a valorização da diversidade e o respeito pela multiculturalidade das sociedades atuais e pela diversidade cultural e religiosa. A Agência para a Integração, as Migrações e o Asilo (AIMA) supervisiona atualmente estas iniciativas.

1.6. Educação para a Igualdade de Género

A educação para a igualdade de género tem como missão promover a igualdade de oportunidades e educar para os valores do pluralismo e da igualdade entre homens e mulheres. ([CIG](#) - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género).

2. Educação não formal e informal

2.1. Iniciativa de formação «Segurança, Defesa e Paz»

O [Instituto da Defesa Nacional](#) promove ações de formação sobre segurança, defesa e paz no âmbito da Educação para a Cidadania. A primeira iniciativa de formação teve lugar em 2016 e foi designada «Segurança, Defesa e Paz: Um Projeto de Todos para Todos». Em 2021, esta iniciativa de formação estava na sua 17ª edição. Tem como objetivo sensibilizar para a integração das questões relacionadas com a segurança e a defesa na prática educativa, utilizando o Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz, desenvolvido em parceria com a Direção-Geral da Educação e o Instituto da Defesa Nacional. Esta formação

destina-se a professores de diferentes ciclos de ensino, desde o pré-escolar ao ensino secundário ([Eurydice](#)).

2.2 Projeto «We Are All Needed» (Somos Todos Necessários)

O projeto europeu «We Are All Needed» é coordenado pelo Instituto Dinamarquês dos Direitos Humanos e financiado pela Comissão Europeia. Produz materiais para professores e alunos com o objetivo de contribuir para a educação contra a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género. Em Portugal, os materiais foram desenvolvidos pela ILGA Portugal, em colaboração com a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e a Direção-Geral da Educação (ILGA Portugal).

2.3 Projeto Nós propomos! Cidadania e Inovação na Educação Geográfica

O Projeto «Nós propomos! Cidadania e Inovação na Educação Geográfica» tem por finalidade promover uma efetiva cidadania territorial local numa perspetiva de governação e sustentabilidade. Constitui o grande projeto nacional no âmbito da disciplina de Geografia e mobiliza escolas de Portugal Continental e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. O projeto é também implementado no Brasil e em Espanha por várias universidades, constituindo um importante projeto ibero-americano. É promovido pelo IGOT - Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, com o apoio do Ministério da Educação e das organizações socioprofissionais de Geografia.

2.4. Jovens na Política - Participar para a Cidadania Global

No âmbito do projeto «Jovens na Política - Participar para a Cidadania Global», foram desenvolvidas várias iniciativas:

- **Jovens na Política: (In)formar para o Desenvolvimento Sustentável:** Esta atividade de formação gratuita destina-se aos militantes das juventudes partidárias, com o objetivo de sensibilizar e capacitar os jovens militantes para os temas da Educação para o Desenvolvimento, permitindo-lhes desenvolver ações nas suas juventudes partidárias ([AIDGLOBAL](#)).
- **[ACT GLOBAL](#) - Educação para a Cidadania Global:** Esta iniciativa é uma página do Facebook que serve de comunidade para conteúdos informativos e pedagógicos sobre Educação para a Cidadania Global. Destina-se aos jovens, às juventudes partidárias e à comunidade em geral, fornecendo conteúdos sobre Direitos Humanos, Igualdade de Género, Desenvolvimento Sustentável, Globalização e Interdependência, Cidadania Global, Consumo Sustentável, Voluntariado, Migrações e Refugiados (ACT GLOBAL).

2.5. [Escolas amigas dos direitos humanos](#)

O projeto «Escolas Amigas dos Direitos Humanos» surgiu no contexto do Programa Mundial para a Educação em Direitos Humanos, lançado pelas Nações Unidas em dezembro de 2004. É coordenado pela Amnistia Internacional em Portugal, com o apoio institucional da Direção-Geral da Educação. Este projeto tem por objetivo capacitar os jovens e promover a participação ativa de todos os membros da comunidade escolar para integrar os valores e princípios dos

direitos humanos. O projeto é fundado nos “10 princípios globais das escolas amigas dos direitos humanos” (Amnistia Internacional).

2.6. [Plataforma Mundar](#)

A Plataforma Mundar foi criada no âmbito do Concurso de Ideias para Jovens - Mundar: Muda o teu mundo! É promovido pelo «Programa Escolhas», em parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian e a Torke+CC. Tem como objetivo incentivar os jovens dos 16 aos 30 anos a apresentar ideias, criar projetos e organizar ações que promovam a sua capacitação e autonomia (Programa Escolhas, Gulbenkian, Torke+CC).

Interculturalidade

A [Agência para a Integração, as Migrações e o Asilo \(AIMA\)](#) promove iniciativas relacionadas com a interculturalidade, a diversidade e as migrações, incluindo:

- **Selo Escola Intercultural:** Um selo digital que distingue as escolas que se destacam no desenvolvimento de projetos que promovem o reconhecimento e a valorização da diversidade como uma oportunidade e fonte de aprendizagem para todos.
- **Iniciativas de formação:** «Educação Intercultural para Jovens» (4 horas) e «Educação Intercultural na Escola» (6 horas).
- **Kit Intercultural Escolas:** Fornece materiais sobre o tema da interculturalidade.
- **Projeto «Não São Apenas Números»:** Um conjunto de ferramentas educativas sobre migração e asilo na União Europeia, disponível em 24 Estados-Membros, em 20 línguas.

Direitos dos Jovens

Dia Europeu da Proteção das Crianças contra a Exploração Sexual e os Abusos Sexuais

Um dia (18 de novembro) promovido pelo Ministério da Justiça para sensibilizar a opinião pública contra a exploração e o assédio de crianças e jovens (Ministério da Justiça).

Projeto Lead - Inform to Prevent

Um projeto europeu que visa desenvolver e divulgar informação sobre a violência de rua, a violência entre pares e outras formas de violência contra crianças e jovens. O projeto disponibiliza recursos no seu site que abrangem temas como a violência no namoro, o bullying, a violência online, a violência sexual, a segurança na escola e a segurança em locais de lazer (Projeto Lead).

[Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação \(2018-2030\) «Portugal + Igual»](#)

A Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação traduz-se em três planos, que serão avaliados ao longo da sua implementação para verificar se os objetivos propostos estão a ser cumpridos ou se são necessárias medidas adicionais. Os três pilares são:

1. [Plano de Ação para a Igualdade entre Mulheres e Homens](#): Inclui 77 ações propostas, como o combate ao abandono escolar por raparigas ciganas e a educação em competências digitais para mulheres idosas.
2. [Plano de Combate à Violência Contra Mulheres e Violência Doméstica](#)

Campanhas de informação orientadas para os jovens sobre questões globais

[Movimento Contra o Discurso de Ódio- Jovens pelos Direitos Humanos online](#)

A campanha do Movimento Contra o Discurso de Ódio (NHSM - No Hate Speech Movement) foi lançada em 2013 e prolongada em maio de 2015 até ao final de 2017 pelo Comité de Ministros, no âmbito do Plano de Ação do Conselho da Europa sobre a luta contra o extremismo violento e a radicalização conducente ao terrorismo, com quatro objetivos principais:

- Apoiar as atividades de educação em matéria de direitos humanos para agir contra o discurso de ódio e os riscos que este representa para a democracia e o bem-estar dos jovens;
- Desenvolver e divulgar ferramentas e mecanismos para denunciar discursos de ódio, especialmente online, incluindo a nível nacional;
- Mobilizar os parceiros nacionais e europeus para prevenir e combater o discurso de ódio e a intolerância online e offline;
- Promover a literacia mediática e a cidadania digital e apoiar a participação dos jovens na governação da Internet.

A coordenação europeia da campanha pelo Conselho da Europa terminou formalmente em dezembro de 2017. No entanto, a ação contra o discurso de ódio continua através dos planos de ação do Conselho da Europa e dos programas do Departamento de Juventude e do recém-criado Departamento Antidiscriminação. A maioria das campanhas nacionais e das organizações parceiras continua em atividade, apesar do fim do apoio coordenado a nível central. Até à data, a campanha continua a mobilizar com êxito uma série de atores, e as organizações de juventude e os parceiros continuam empenhados em defender os direitos humanos online e offline. Iniciativas recentes incluem o [projeto kNOWHATE](#), que lançou a campanha #CortarOMalPelaRaiz para combater o discurso de ódio online em Portugal. (Consultar o capítulo 3 - Inclusão social 3. Iniciativas-chave para salvaguardar a democracia e prevenir a radicalização que conduz ao extremismo violento)

Prestadores de informação

Existe um conjunto alargado de entidades públicas e privadas que promovem a divulgação de

informação sobre questões globais junto dos jovens portugueses:

- O Ministério da Educação, através da [Direção-Geral da Educação](#), no âmbito de projetos em parceria com outras instituições públicas e/ou Organizações Não-Governamentais.
- A [Direção-Geral da Educação](#), na classe Cidadania e Desenvolvimento, disponibiliza no seu site um vasto conjunto de documentos e informações sobre diversos temas relacionados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável enquadrados na Agenda 2030.
- O Ministério dos Negócios Estrangeiros, através do [Camões - Instituto da Cooperação e da Língua](#), é financiador de diversos projetos no domínio da educação para o desenvolvimento.
- O Ministério do Ambiente, através da [Agência Portuguesa do Ambiente](#), e a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, promovem projetos de informação sobre sustentabilidade ambiental e eficiência energética.
- O Instituto Português do Desporto e Juventude também disponibiliza informação online no seu site e fisicamente nas Lojas Ponto Já sobre um vasto leque de iniciativas.
- Prémio «Ciência na Escola», [Fundação Ilídio Pinho Prémio «Ciência na Escola»](#), Fundação Ilídio Pinho.

Principais iniciativas

[V Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos \(2022-2026\)](#)

No âmbito do V Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos (2022-2026), foram desenvolvidas várias campanhas de sensibilização e prevenção contra o tráfico de seres humanos. Em 2024, foram realizados debates e avaliações recentes sobre os progressos realizados por Portugal na luta contra o tráfico de seres humanos, centrados no acesso das vítimas à assistência jurídica e à indemnização, bem como na aplicação da cláusula de não punição.

Bora Lá, Sai do Sofá!

A iniciativa «Bora Lá, Sai do Sofá!» é desenvolvida no âmbito do projeto Jovens na Política - Participar para a Cidadania Global, coordenado pela [AIDGLOBAL](#). Trata-se de uma campanha que tem por objetivo apelar ao voto jovem nas eleições locais.

Direitos dos Jovens

No âmbito do [Projeto Lead - Inform to Prevent](#), foram desenvolvidas várias campanhas publicitárias sobre violência na rua, violência entre pares e outras formas de violência para crianças e jovens:

- After Saying No, stop (Depois de Dizer Não, Para); No More Violence (Chega de Violência); Stay Tuned (Fica Atento);
- No Hate Speech Movement (Movimento Contra o Discurso de Ódio);
- Projeto Everything Will Be Better™ (Projeto Tudo Vai Melhorar).

Iniciativas recentes incluem a Conferência Europeia da Juventude, realizada em Braga, no Centro de Juventude de Braga, Portugal, em fevereiro de 2025, numa organização conjunta que envolveu o Departamento da Juventude do Conselho da Europa, o Congresso dos Poderes Locais e Regionais do Conselho da Europa, a Câmara Municipal de Braga e a cooperação do

Instituto Português do Desporto e Juventude, que teve como objetivo reforçar a participação dos jovens na tomada de decisões a nível local e regional.

Iniciativas adicionais

10.º Fórum Global da Aliança das Civilizações das Nações Unidas

Este fórum teve lugar no Centro de Congressos do Estoril, em Cascais, de 25 a 27 de novembro de 2024, sob o tema «Unidos na Paz: Restaurar a Confiança, Reformular o Futuro, Refletir sobre Duas Décadas de Diálogo para a Humanidade». O evento reuniu cerca de 1 400 participantes, entre delegações nacionais, líderes religiosos, culturais, da sociedade civil, representantes de organizações internacionais e instituições académicas. O fórum sublinhou a importância do diálogo intercultural e da construção de pontes para a paz mundial (fonte: Portal Diplomático).

Campanha «Be Seen and Heard» (Seja Visto e Ouvido)

Esta campanha global, lançada em colaboração com a Enviada da ONU para a Juventude, Jayathma Wickramanayake, e a marca de cosméticos The Body Shop, tem por objetivo incentivar os jovens a entrar na política. A campanha visa aumentar a participação dos jovens na vida pública e criar mudanças estruturais nos processos de tomada de decisão, para que sejam mais inclusivos (fonte: UNRIC).

(Referência cruzada com o Capítulo 3 - Inclusão social - 4.5 Iniciativas de promoção da inclusão social e da sensibilização - 2. Direitos dos jovens)

9.5 Voluntariado, produção e consumo ecológicos

9.5 Voluntariado, produção e consumo ecológicos

Campanha Litter Less (Menos lixo)

A Campanha Litter Less é um projeto internacional coordenado pela Fundação para a Educação Ambiental (FEE) e integra 35 países da rede Ambiente. A campanha, financiada pela Fundação Mars Wrigley, visa educar crianças e jovens de todo o mundo sobre a questão do lixo e envolver as suas comunidades locais em atividades de sensibilização.

O objetivo é observar, interpretar, reportar e encontrar soluções mais sustentáveis para o problema dos resíduos, nomeadamente através de um conjunto de atividades nas escolas para promover a sensibilização, o conhecimento e as competências em matéria de prevenção e gestão de resíduos. A campanha promove o conceito de economia circular e fomenta a mudança de comportamentos a longo prazo no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Destina-se às escolas, que devem planear e realizar uma campanha escolar e/ou comunitária através de um concurso no âmbito dos Community Actions Days (Dias de Ação Comunitária), e realizar um filme sobre a campanha do Community Actions Days/Global Action Day (Dia de Ação Global). Os vencedores a nível nacional (3 vencedores por categoria - artigo, reportagem fotográfica, reportagem em vídeo) e 1 por faixa etária (11-14 e 15-21) serão publicados na plataforma Jovens Repórteres para o Ambiente e participarão no concurso internacional e numa missão nacional (fonte: FEE, Eco Escolas).

Eco XXI

O Projeto ECO XXI é um programa internacional que visa reconhecer as boas práticas de sustentabilidade desenvolvidas a nível local, atribuindo o título de eco-municípios.

Este projeto é implementado desde 2005 e é promovido pela Fundação para a Educação Ambiental. A Associação Bandeira Azul da Europa é a responsável pela sua implementação em Portugal, em parceria com a Direção-Geral da Educação.

Destina-se principalmente aos responsáveis e decisores políticos dos municípios, considerados agentes privilegiados na promoção do desenvolvimento sustentável a nível local. O âmbito do Desenvolvimento Sustentável baseia-se em dois eixos: educação para a sustentabilidade e a qualidade ambiental.

O objetivo é promover a educação ambiental através dos municípios, utilizando os processos de educação formal e não formal dos programas de Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável e o estabelecimento de parcerias com projetos escolares no âmbito da implementação da Agenda 21 Local. Reconhecimentos recentes incluem o Município de Baião, que recebeu a Bandeira Verde ECOXXI em 2023 pela adoção de boas práticas de

desenvolvimento sustentável (fonte: Baião Sustentável).

Eco-Escolas

O Eco-Escolas é um projeto educativo internacional promovido pela Fundação para a Educação Ambiental que, em Portugal, é representada pela Associação Bandeira Azul da Europa. Mais de 11 milhões de estudantes e 52 países participaram neste projeto. Em Portugal, participam atualmente 1 300 estabelecimentos escolares.

O objetivo é apoiar as atividades desenvolvidas nas escolas através de uma metodologia e formação adequadas, com vista a incentivar a criação de parcerias para a implementação da Agenda 21 a nível local. Todos os anos, são escolhidos um ou mais temas para serem abordados pelas eco-escolas, entre os seguintes domínios: água, resíduos, energia, biodiversidade, agricultura biológica, espaços exteriores, ruído e transportes.

A [Associação Bandeira Azul da Europa](#) conta com o apoio técnico do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, que faz parte da Comissão Nacional Eco-Escolas. Entre as atividades desenvolvidas no âmbito deste projeto, destacam-se as seguintes:

- Prémio Eco-Escolas (Dia das Bandeiras Verdes);
- Concurso Eco-Código;
- Concurso da Brigada Verde da Floresta.

A Comissão Nacional Eco-Escolas inclui um vasto leque de parceiros institucionais, como a Agência Portuguesa do Ambiente, a Direção-Geral da Educação, a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (fonte: Eco-Escolas, Relatório de Impacto Eco-Escolas).

Iniciativas adicionais

BRAVE HANDS: Voluntariado na Conservação da Natureza

O projeto BRAVE HANDS, integrado no Corpo Europeu de Solidariedade, envolve o voluntariado ao ar livre nas aldeias rurais do Norte de Portugal, centrado na proteção do ambiente e na promoção do património. As atividades incluem a criação e a manutenção de trilhos pedestres, a remoção de plantas invasoras, a limpeza de rios e a documentação da vida selvagem. Este projeto destina-se a jovens voluntários com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos e promove a conservação do ambiente (fonte: [Youth Works Hub](#)).

A FLORESTA É A NOSSA CASA 2024

Este projeto, organizado pela «H2O» - Associação de Jovens de Arrouquelas e financiado pelo Corpo Europeu de Solidariedade, envolve um programa de voluntariado de verão de um mês em Arrouquelas, Portugal. O projeto visa ajudar a conservar as florestas e a prevenir os incêndios através de atividades como a limpeza, a pintura, a monitorização das florestas e sessões educativas. Promove a sensibilização ambiental e as competências práticas entre os jovens dos 18 aos 30 anos (fonte: [Opportunity Tracker](#)).

9.6 Trabalho intercontinental e cooperação para o desenvolvimento

Nesta página

1. [Cooperação intercontinental no domínio da juventude](#)
2. [Atividades de cooperação para o desenvolvimento](#)

Cooperação intercontinental no domínio da juventude

[Universidade Africana de Juventude e Desenvolvimento \(AUYD\)](#)

A Universidade Africana de Juventude e Desenvolvimento (AUYD), organizada bienalmente pelo Centro Norte-Sul do Conselho da Europa, constitui uma plataforma fundamental para o diálogo, o reforço de capacidades e a defesa de políticas no domínio da cooperação juvenil. Esta iniciativa visa reforçar as organizações de juventude e capacitar os jovens, promovendo a governação democrática, os direitos humanos e o desenvolvimento sustentável.

Portugal apoia ativamente a implementação desta iniciativa através de contribuições financeiras, nomeadamente no âmbito do projeto Peace YP. Este projeto reforça a cooperação euro-africana ao promover a participação dos jovens nos processos de construção da paz.

Adicionalmente, o Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) é membro do Grupo das Partes Interessadas na Cooperação Juvenil

Atividades de cooperação para o desenvolvimento

No último inquérito Eurobarómetro sobre Cooperação para o Desenvolvimento (Eurobarómetro Especial 520, novembro-dezembro de 2024), os resultados mostram que, em Portugal, nove em cada dez inquiridos (90%) concordam que a luta contra a pobreza nos países em desenvolvimento deve ser uma das principais prioridades da UE, o que representa um aumento desde 2020 (+8 pontos percentuais). Oito em cada dez inquiridos (80%), a percentagem mais elevada entre os países da UE, consideram que esta deveria ser uma prioridade do seu governo nacional (+9 pp).

Além disso, 15% consideram que a política de desenvolvimento da UE deve apenas apoiar os países em desenvolvimento a reforçar as suas economias, enquanto mais de três quartos (78%) defendem que a política de desenvolvimento da UE deve também centrar-se na redução das desigualdades nos países em desenvolvimento, sendo este também o valor mais elevado entre os Estados-Membros da UE.

Adicionalmente, uma clara maioria (95%) dos inquiridos em Portugal concorda que a UE deve reforçar as suas parcerias com os países africanos, com vista à criação de emprego e à promoção do desenvolvimento sustentável em ambos os continentes - um aumento significativo desde 2020 (+11 pp), e o mais elevado entre todos os Estados-Membros da UE (fonte: Eurobarómetro).

A Cooperação para o Desenvolvimento é uma prioridade da política externa portuguesa, sendo

a coordenação das várias políticas setoriais assegurada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, através do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. No plano multilateral, a intervenção opera, sobretudo, na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), sem descuidar o papel de Portugal noutras geografias, onde as autoridades portuguesas têm assento nos respetivos órgãos diretivos, com destaque para a Organização Internacional da Juventude (OIJ) para Ibero-América.

Conferência de Ministros da Juventude e Desporto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

A Conferência de Ministros da Juventude e Desporto da CPLP, criada em 2007 (Mindelo, Cabo Verde) pelos ministros responsáveis pelas duas áreas nos países de língua portuguesa (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste), pretende afirmar-se como um espaço de cooperação, concertação, estabelecimento e implementação de ações conjuntas no domínio da juventude e do desporto.

Para a sua intervenção, a Conferência estabeleceu como atividades âncora os «Jogos Desportivos da CPLP» e a «Bienal de Jovens Criadores da CPLP», a realizar alternadamente em cada ano. [A 15ª Conferência de Ministros da Juventude e Desporto da CPLP](#) realizou-se em Cascais, Portugal, de 12 a 16 de novembro de 2024. A conferência terminou com a adoção de uma Declaração Final, que incluía o compromisso de realizar os 12º Jogos Desportivos da CPLP em Timor-Leste, em julho de 2025, e a próxima Bienal de Jovens Criadores da CPLP em Cabo Verde, em 2026 (fonte: Governo de Portugal). Adicionalmente, a conferência destacou a importância do Parlamento Juvenil da CPLP, com a sua primeira edição a realizar-se em São Tomé e Príncipe, em 2019, com o tema «A Violência no Namoro», e a segunda edição em Cascais, em 2024, sob o tema «Juventude e Sustentabilidade».

Para além destas atividades, são instituídos «Planos de Ação» para dar resposta às prioridades identificadas para o período de validade variável definido para cada Plano. A Conferência desenvolve as suas atividades em estreita articulação com o [Fórum da Juventude da CPLP \(FJCPLP\)](#), órgão comunitário responsável pela defesa e promoção dos direitos dos jovens a nível internacional.

Criado em 1997, o Fórum da Juventude da CPLP tem como objetivo reunir plataformas representativas das organizações juvenis da sociedade civil (Conselhos de Juventude) dos Estados-Membros para reforçar o carácter e a participação dos jovens no desenvolvimento dos seus países e do mundo.

[Organização Internacional da Juventude \(OIJ\) para Ibero-América.](#)

A OIJ foi criada em 1992. Portugal apoiou a criação desta organização desde o início e ratificou os Estatutos e o Ato Constitutivo através da Resolução da Assembleia da República n.º 24/98, de 19 de fevereiro de 1998. Embora seja uma plataforma intergovernamental, a OIJ pretende servir de base para que os jovens possam articular políticas públicas de juventude e promover a sua participação efetiva nos processos de transformação social.

Um dos resultados mais notáveis foi a assinatura do primeiro tratado internacional que defende os direitos dos jovens: a Convenção Ibero-Americana dos Direitos dos Jovens, que entrou em vigor a 1 de março de 2008. É constituída por 44 artigos que consagram os direitos dos Cívicos e

Políticas (Direito à Vida, Objeção de Consciência, Justiça, Liberdade de Pensamento e Religião, Liberdade de Expressão, Reunião e Associação, entre outros); e os direitos Económicos, Sociais e Culturais (Direito à Educação, Educação Sexual, Cultura e Arte, Trabalho, Habitação, entre outros).

Os organismos responsáveis pelo acompanhamento e participação nos trabalhos da OIJ em Portugal são a Ministra da Juventude e da Modernização e o Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ).

Para enfrentar os desafios agravados pela pandemia, que aprofundou as desigualdades e afetou significativamente os jovens e as suas instituições, foi definida uma Nova Agenda de Juventude da Organização Internacional de Juventude (OIJ) para a Ibero-América. A agenda visa uma recuperação profunda, abrangente e sustentada, reconhecendo os jovens como sujeitos de direitos e parceiros estratégicos para uma mudança real.

A União Europeia e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)

A cooperação com a OCDE, em particular no domínio da juventude, tem ocorrido através da participação no grupo de trabalho coordenado pela OCDE «Friends of Youth Plus», dedicado ao estudo e análise de questões relacionadas com a justiça intergeracional e a participação, bem como através da colaboração na consolidação do capítulo 3 do documento coordenado pela OCDE «Government at a Glance 2021», dedicado ao tema «Youth representation in politics». A participação portuguesa nestes dois processos permitiu a partilha de experiências e iniciativas na área da juventude com a OCDE, algumas das quais, pelo seu carácter inovador, podem ser reproduzidas ou adaptadas ao contexto nacional e aos países em desenvolvimento.

O **OECD Youth Policy Toolkit** foi lançado a 26 de novembro de 2024, num evento organizado pelo Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) na Maia, Portugal. O conjunto de ferramentas tem como objetivo apoiar os decisores políticos na implementação da Recomendação da OCDE sobre a Criação de Melhores Oportunidades para os Jovens, fornecendo orientações práticas e concretas para a conceção e execução de políticas de juventude. O evento contou com a participação de decisores políticos, jovens, sociedade civil e especialistas, que debateram políticas e práticas nestas áreas, inspirando e incentivando a inovação e as reformas dentro e fora dos governos.

O conjunto de ferramentas está estruturado em torno de cinco pilares principais: aptidões e competências, mercado de trabalho e empreendedorismo, inclusão social e bem-estar, participação na vida pública e justiça intergeracional. Inclui mais de 70 estudos de casos de países da OCDE, destacando exemplos de boas práticas em vários domínios políticos. Tem como objetivo fornecer um guia completo para ajudar os países a desenvolver e implementar políticas de juventude eficazes, promovendo a inclusão e o bem-estar social (fonte: OCDE).

Campos de trabalho internacionais

Os Campos de Trabalho Internacionais (CTI) estão integrados num programa de intercâmbio de jovens de diferentes países, com vista ao reconhecimento das diferentes identidades culturais e à sensibilização para o mosaico cultural mundial.

Nos CTI, é possível participar em atividades centradas em vários domínios:

- Arqueologia;
- Sociocomunitário;
- Restauro e valorização do património histórico-cultural;
- Ambiente;
- Outros de reconhecido interesse.

Estes projetos decorrem principalmente durante os meses de verão, têm uma duração máxima de 15 dias e destinam-se a jovens entre os 18 e os 30 anos. O programa continua a ser popular, com várias oportunidades disponíveis para os jovens participarem em ações de voluntariado significativas e em intercâmbios culturais (fonte: IBG Workcamps).

TCA (Atividades de Formação e Cooperação) - Erasmus+ Y/S e Corpo Europeu de Solidariedade

No âmbito da Ação-Chave 1 - Mobilidade para fins de aprendizagem, o programa Erasmus+ Juventude prevê a mobilidade dos profissionais que trabalham com jovens para fins de formação e criação de redes. Um dos objetivos é desenvolver as competências dos formadores e dos técnicos de juventude, promovendo a cooperação entre as organizações que trabalham com jovens.

A ação prevê a realização de seminários, cursos e outras atividades de formação não formal como forma de promover a aquisição de competências e a partilha de experiências, boas práticas e modelos de certificação e qualificação. O convite à apresentação de propostas e o guia do programa Erasmus+ para 2024 continuam a apoiar estas atividades com um orçamento de 4,3 mil milhões de euros, incluindo oportunidades para a cooperação, mobilidade para fins de aprendizagem e diálogo político (fonte: EUSA).

O programa do Corpo Europeu de Solidariedade (CES) incorpora o princípio de solidariedade da União entre os cidadãos e os Estados-Membros. Oferece aos jovens entre os 18 e os 30 anos oportunidades para se envolverem em atividades de solidariedade dentro e fora da União Europeia. Para jovens com idades entre os 18 e os 35 anos, a vertente de ajuda humanitária tem por objetivo prestar ajuda essencial, aliviar o sofrimento e defender a dignidade humana, reforçando simultaneamente a capacidade de resiliência das comunidades vulneráveis. O programa adere aos princípios humanitários e procura sinergias com outros programas da União, nomeadamente o Erasmus+, para maximizar o seu impacto. Baseia-se nos pontos fortes de iniciativas anteriores, como o Serviço Voluntário Europeu e os Voluntários para a Ajuda da UE.

O orçamento para o Programa do Corpo Europeu de Solidariedade para 2024 foi de 145 milhões de euros. Deste montante, 3 482 412 euros foram atribuídos a Portugal. O orçamento do Programa do Corpo Europeu de Solidariedade para 2025 é de 166 milhões de euros. Deste montante, 3 951 053 euros foram atribuídos a Portugal.

(Referência cruzada com o Capítulo 4 - Inclusão social - 4.7 Trabalho com jovens para promover a inclusão social - 4. Formação e apoio a técnicos de juventude envolvidos em programas de inclusão social)

9.7 Debates e reformas atuais

Dia Internacional da Juventude 2024: celebrado a 12 de agosto com o tema «Dos Cliques ao Progresso: Percursos Digitais da Juventude para o Desenvolvimento Sustentável». Este evento sublinhou a importância da inovação digital na resolução de problemas globais e na promoção do desenvolvimento sustentável. Portugal, através do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ), coorganizou as comemorações, salientando o papel dos jovens na adoção e inovação digital. Esta comemoração assinalou também as duas únicas conferências mundiais de jovens, ambas organizadas por Portugal, que levaram à criação do Dia Internacional da Juventude. Foi durante esta primeira Conferência Mundial dos Ministros Responsáveis pela Juventude (1998) que foi apresentada a proposta de criação do Dia Internacional da Juventude, que hoje se celebra anualmente a 12 de agosto. A segunda conferência teve lugar em junho de 2019, sob o lema «Lisboa+21».

Em 1999, Portugal comprometeu-se também a apresentar uma resolução sobre a juventude a cada dois anos na Assembleia Geral das Nações Unidas, compromisso que tem honrado desde então. Em 2025, a Assembleia Geral da ONU apresentará uma nova resolução sobre a juventude, centrada na «Solidariedade intergeracional e parcerias para o desenvolvimento sustentável». Este tema sublinha a importância da colaboração entre gerações para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável. Para mais informações sobre as resoluções da ONU relacionadas com a juventude, visite a página da Assembleia Geral da ONU sobre a juventude.

Cimeira do Futuro. Realizada em setembro de 2024, esta cimeira deu aos jovens a oportunidade de influenciar os processos de decisão a nível mundial. Portugal participou ativamente na sua preparação, garantindo que as perspetivas dos jovens fossem consideradas nas discussões e decisões.

Foram também realizadas várias ações e atividades no âmbito do **Ano Europeu da Juventude 2022**. Em 2024, o legado do Ano Europeu da Juventude continuou a influenciar as políticas de juventude, com esforços contínuos para integrar as perspetivas dos jovens nas políticas e ações da UE. Portugal manteve-se ativamente envolvido nestes esforços, contribuindo para o desenvolvimento de políticas de juventude, tanto a nível nacional como europeu.

O **Fórum da Juventude do ECOSOC 2025** realiza-se todos os anos em abril. Em 2025, a tónica será colocada nos papéis da ciência e da inclusão social como motores do desenvolvimento sustentável, sendo o tema do Fórum «Youth at the Forefront: Leveraging Science and Social Inclusion for Sustainable Development» (Juventude na linha da frente: Tirar partido da ciência e da inclusão social para o desenvolvimento sustentável). Durante o Fórum Político de Alto Nível (que analisa anualmente os progressos na implementação da Agenda 2030), serão abordados os ODS 3, 5, 8, 14 e 17 e discutidos outros processos da ONU, como a implementação do Pacto para o Futuro, a realização da Quarta Conferência sobre o Financiamento do Desenvolvimento e a Segunda Cimeira Social Mundial.

Os debates atuais no âmbito da [Estratégia da UE para a Juventude 2019-2027 centram-se](#) em três áreas principais: Envolver, Ligar e Capacitar. A estratégia visa reforçar a participação dos jovens na vida democrática, apoiar o envolvimento social e cívico, e garantir que todos os jovens disponham dos recursos necessários para participar na sociedade. Portugal tem sido fundamental na promoção destes objetivos, nomeadamente através do seu apoio ao Diálogo da UE com a Juventude e de iniciativas destinadas a aumentar o envolvimento dos jovens. O atual **Diálogo da UE com a Juventude** coloca a tónica nas sociedades inclusivas e tem como objetivo alcançar todos os jovens, incluindo aqueles com menos oportunidades. Os contributos de Portugal têm sido significativos para garantir que estes diálogos sejam inclusivos e representativos.

O [Plano de Ação para a Juventude na Ação Externa da UE 2022-2027](#) continua a promover uma participação significativa dos jovens a nível mundial, centrando-se no desenvolvimento sustentável, na igualdade e na paz. As principais iniciativas incluem a Iniciativa Juventude e Mulheres na Democracia e a Academia da Juventude África-Europa. Portugal tem apoiado ativamente estas iniciativas, disponibilizando conhecimentos especializados e recursos para aumentar o seu impacto.

O [Departamento da Juventude do Conselho da Europa \(CDEJ\)](#) está atualmente a centrar-se na integração das perspetivas da juventude em áreas políticas mais amplas, na promoção da participação dos jovens nos processos democráticos e no reforço das estruturas de trabalho com jovens, na sequência da Quarta Cimeira do Conselho da Europa (Reiquiavique, 16-17 de maio de 2023). A participação de Portugal no Comité Diretor Europeu para a Juventude (CDEJ) e no Conselho Conjunto para a Juventude (CMJ) tem sido crucial, nomeadamente na defesa de políticas que apoiem a capacitação e a participação dos jovens.

A [Estratégia da UE para a Juventude para o Mediterrâneo](#) tem por objetivo construir um futuro de paz, democracia e prosperidade na região euro-mediterrânica. A estratégia apoia a Estratégia da ONU para a Juventude 2030 e a Estratégia da UE para a Juventude, com planos para desenvolver um Plano de Ação para a Juventude para operacionalizar estes objetivos. Portugal tem sido um ator fundamental nesta estratégia, contribuindo para o desenvolvimento de iniciativas que promovem a cooperação e o diálogo entre os jovens de todo o Mediterrâneo.

É fundamental que as políticas de juventude proporcionem oportunidades reais para que os jovens alcancem o seu potencial, promovendo o acesso a uma educação de qualidade, a um emprego digno, a uma participação significativa e a serviços de saúde de qualidade. Garantir o pleno acesso aos direitos, especialmente após a COVID-19, continua a ser uma prioridade. Portugal continua a defender políticas de juventude abrangentes que respondam a estas necessidades e apoiem os jovens na consecução dos seus objetivos.